

Os dilemas da CUT

Iram Jácome Rodrigues

RESUMO. *O artigo discute os dilemas vividos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em decorrência das mudanças gerais do sindicalismo e, principalmente, das diferentes visões da atividade sindical existentes no interior da CUT. Palavras-chave: sindicalismo no Brasil; democracia; política e trabalho.*

Introdução

“O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, e o deputado José Genoíno (PT-SP) foram vaiados e agredidos verbalmente por manifestantes ontem à saída do Congresso Nacional... Os manifestantes eram funcionários públicos e ligados às correntes mais à esquerda da Central, PSTU e PC do B... ‘Pelego, traidor’, gritaram quando Vicentinho deixou a Câmara pela porta lateral do prédio do Congresso.” (Folha de São Paulo, 7/2/96)

As críticas ao presidente da CUT se devem à participação desta entidade nas negociações com o governo sobre a questão da reforma da previdência. Alguns dias antes Vicentinho já havia dito: “não posso permitir que a CUT vire um gueto, deixe de cumprir seu papel principal que é o de negociar. Se a Central não tiver condições de continuar negociando, trará um prejuízo para os trabalhadores muito maior do que o discurso ideológico”, e finalizou observando que “uma Central que se baseia no discurso do não, está fora da realidade social”. (*O Estado de São Paulo*, 4/2/96)

No domingo (4/2/96), a reunião da direção nacional da CUT havia decidido dar apoio ao seu presidente nas negociações que estavam sendo desenvolvidas com o governo. Esta deliberação foi apoiada por 66 repre-

Iram Jácome Rodrigues é Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo.

sentantes da tendência Articulação, de um total de 103 votos. Os representantes das tendências Movimento por uma Tendência Socialista, Alternativa Sindical Socialista e Corrente Sindical Classista, que contavam com 33 votos, retiraram-se, em protesto, no momento da votação e houve 4 votos contra do grupo O Trabalho. (*Folha de São Paulo*, 5/2/96)

Este artigo procura discutir os dilemas vividos pela CUT em decorrência das mudanças mais gerais do sindicalismo e, principalmente, como expressão das várias visões que a liderança dessa Central tem da atividade sindical. Para isso, foram utilizadas entrevistas realizadas com grande parte da Executiva Nacional da CUT e que ilustrariam as opiniões do *novo sindicalismo* sobre os temas da democracia e da política. Assim, no item 1 são desenvolvidas algumas questões que dizem respeito à trajetória do novo sindicalismo e, no item 2 procuramos trabalhar com algumas entrevistas que, discutindo aspectos relacionados à democracia e à política, ilustram as ambigüidades, tensões e lutas internas que estão presentes na atividade sindical da Central Única dos Trabalhadores.

A trajetória do novo sindicalismo

O que estaria ocorrendo com o *novo sindicalismo* nascido das lutas operárias e sindicais do final dos anos 70? O mínimo que se pode dizer é que a CUT está passando pela sua mais difícil crise desde seu surgimento em 1983. Naquele momento havia uma conjuntura que era extremamente favorável ao sindicalismo brasileiro, a despeito da recessão que havia se abatido sobre o país no início dos anos 80. Expressão do novo sindicalismo que deu início ao movimento grevista em 1978, representativa de amplas parcelas de trabalhadores e tendo, àquela época, desenvolvido uma prática mais conflitiva diante do Estado e do patronato brasileiros, a CUT conseguiu, em apenas 13 anos (83/96), um crescimento significativo no movimento sindical e é, sem dúvida, a Central sindical mais importante em nosso país. Tendo estado presente nos principais acontecimentos políticos nacionais, a CUT se transformou, nesses anos, em uma interlocutora fundamental de amplos setores das classes trabalhadoras tanto na esfera da sociedade civil quanto no âmbito político.

Representativa, em alguma medida, das aspirações trabalhistas por direitos sociais, políticos e econômicos, a Central Única dos Trabalhadores

nasceu defendendo um *lugar* para os trabalhadores na sociedade brasileira. Com forte presença na sociedade civil, a CUT tem tido um importante papel na condução das demandas de amplos setores assalariados e trouxe para a esfera pública temas que antes não tinham espaço na agenda política. Assim, pode ser considerada uma expressão real da luta por direitos de cidadania para amplas camadas das classes trabalhadoras.

De outra parte, para se afirmar como direção de uma significativa corrente do movimento sindical e construir sua identidade, a CUT optou, em um primeiro momento, por uma atuação mais conflitiva na esfera das relações de trabalho. No entanto, passados todos esses anos, esse padrão de ação sindical começa a sofrer um processo de esgotamento, principalmente se se levar em conta a crise por que passa o sindicalismo em nível internacional e também no Brasil, em decorrência, fundamentalmente, das profundas transformações no mundo do trabalho. (Rodrigues, 1993: 243-2/4)

Como observamos anteriormente, as mudanças mais gerais que estão ocorrendo, tanto do ponto de vista internacional quanto nacional, colocaram novos desafios para o sindicalismo. Em outras palavras, a única saída para a atividade sindical parece ser a adoção de um discurso e prática mais afirmativos, ou seja, de proposição, ao invés da antiga visão de conflito exacerbado e da política de só dizer não. Aparentemente, os dados mais relevantes desse processo que hoje se generaliza no interior das empresas estão levando a uma significativa mudança na postura dos ativistas e das lideranças sindicais. E é esse processo que explica a metamorfose que, paulatinamente, está ocorrendo no interior do sindicalismo-CUT e, principalmente, em sua principal base de apoio, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Há uma mudança no padrão de ação sindical do novo sindicalismo: de uma atuação mais confrontacionista — expressão da primeira fase — para uma atividade que poderíamos chamar de cooperação conflitiva. Isto é, o conflito é explicitado mas há também uma preocupação com o tema da cooperação. E a experiência das câmaras setoriais é exemplar nesse aspecto, assim como a participação em dezenas de foros nacionais tripartites. Há uma clara tendência para uma nova forma de atuação sindical, ainda que essa práxis seja mais relevante junto àqueles sindicatos mais importantes da Central e, notadamente, do setor privado. (Rodrigues, 1995) E é essa dinâmica que impulsiona políticas como as defendidas pela corrente majoritária da Central Única dos Trabalhadores, representada pela atuação do seu presidente, por exemplo, nas negociações com o governo no tocante à questão da previdência.

De certa forma, esse é um dos aspectos que está na raiz da crise que atinge o sindicalismo *cutista* hoje: de um lado, o que temos chamado de uma corrente de esquerda contratualista, representada pela tendência Articulação Sindical e seus aliados mais próximos; de outro, a esquerda socialista formada por aqueles setores que estão mais à esquerda no espectro *cutista*: a Convergência Socialista, atualmente PSTU, setores da CUT pela base, hoje Alternativa Sindical Socialista, a Corrente Sindical Classista, ligada ao PC do B, e alguns grupos menores. Para este segundo grupo, esse processo se caracteriza pela perspectiva de uma atividade sindical de confrontação: mais ideológica, “politicista” e socialista. Já o primeiro grupo possui uma concepção mais contratual, pragmática e institucional, expressão de uma ação sindical mais habituada à negociação. Uma reflete as posições dos grupos da esquerda revolucionária e socialista, a outra representa o ideário de uma esquerda contratualista. Essa é a tensão que perpassa o sindicalismo-CUT. Seja em razão de seu rápido crescimento, quanto em decorrência do que ela representa para amplas camadas de trabalhadores, tem havido uma luta sem tréguas, no interior da Central Única dos Trabalhadores, pela hegemonia política, que se expressa na disputa das tendências, por exemplo, durante seus congressos nacionais.

Nesse aspecto, um dos principais temas dessa luta no interior da Central sindical é o problema de qual é o seu papel na sociedade brasileira. Para aqueles que expressam as posições do que denominamos de esquerda contratualista, a CUT deve ter uma atuação combativa, conflitando mas também negociando. Já os setores da esquerda socialista, em que pese suas contradições internas, em grande medida consideram reformistas muitas das propostas da Central sindical. Esses aspectos, sem dúvida, nos ajudam a entender as ambigüidades na prática e no discurso da CUT, ora buscando negociar os conflitos, ora apostando no confronto.

De todo modo, observa-se uma mudança significativa da postura do sindicalismo-CUT nos anos 90. A experiência da câmara setorial do setor automotivo, que contou, naquele momento, com a participação decisiva do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, tendo à frente Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, à época seu presidente, e a participação deste sindicato, que é a base mais importante da Central nos recentes acordos com as empresas da região do ABC, notadamente com aquelas do setor automobilístico, são expressões dessas mudanças. Negociações e acordos sobre temas até há pouco considerados tabus para a ação sindical do “novo sindicalismo” no

que tange à reestruturação produtiva, tais como: participação nos resultados; inovações contínuas (*kaizen*); trabalho em grupo; logística; desverticalização/terceirização; manufatura celular; flexibilização da jornada de trabalho etc., apontam para uma transformação sensível desse padrão de ação sindical e, possivelmente, são um dos componentes significativos para o entendimento das mudanças que estariam ocorrendo no sindicalismo brasileiro que irrompeu na cena pública a partir das greves de 1978. (Rodrigues, 1995)

Além disso, a convivência, no interior da Central, de uma gama variada de posições político-ideológicas, se, de um lado, é saudável, à medida que possibilita a discussão das questões a partir de opiniões as mais diversificadas, de outro, traz os riscos de uma paralisia permanente, pois são projetos, por vezes, contraditórios e até excludentes. E isso se reflete num nível muito alto de conflito interno, que termina por desgastar muitas das iniciativas que estejam sendo implementadas. Esse processo tem propiciado um acentuado distanciamento entre o discurso e a prática do sindicalismo-CUT, porque, aparentemente, são várias as "práticas" e vários os "discursos". E é responsável, em alguma medida, pela ausência de um projeto sindical mais delineado. (Rodrigues, 1993: 244)

É esse o pano de fundo que pode nos ajudar a compreender a dinâmica interna que vive hoje a Central Única dos Trabalhadores. Vale dizer, são aspectos que se expressam tanto interna quanto externamente no cotidiano desta Central. E, certamente, nos dão pistas para entender a reação, por vezes, até violenta de setores que têm uma perspectiva diferente daquela que é hoje dominante no interior da Central. A atitude desse segmento diante da posição do presidente da CUT nas recentes negociações da reforma da previdência, como assinalamos inicialmente, é o exemplo mais acabado dessa forma de atuação.

De outra parte, a trajetória do chamado novo sindicalismo e, por extensão, da CUT, não pode ser dissociada da demanda mais geral das classes populares por direitos democráticos. Surgindo no período de declínio do autoritarismo militar, esse movimento se consolidou enfrentando o regime de exceção e defendendo a democratização do país, mudanças sociais e econômicas que fossem benéficas aos trabalhadores e associando estas reivindicações mais gerais à defesa de melhores condições de vida e trabalho para os assalariados e aos temas mais diretamente ligados ao cotidiano do trabalho. Todos esses aspectos acentuam os dilemas vividos pelo sindicalismo-CUT nos anos 90.

A luta interna no interior da Central Única dos Trabalhadores está presente desde seu surgimento. Se, no IV Concut, realizado em 1991, alguns delegados chegaram às vias de fato, com cenas de pugilato, pancadaria mesmo, ocasionando ferimentos em vários ativistas sindicais¹, no V Congresso ocorrido em 1994 as divergências foram “amortecidas”, pois havia uma eleição presidencial em curso onde o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, participava com reais possibilidades de ganhar. Atualmente, essas divergências se mostram quase que intransponíveis, porque são expressão da resistência dos setores à esquerda às mudanças de rota que estariam sendo implementadas pela ala majoritária no interior da CUT.

De toda forma, esse processo não pode ser apreendido mais amplamente se não nos reportarmos ao significado que teve a emergência do novo sindicalismo na sociedade brasileira pós-78. Poderíamos sublinhar os seguintes aspectos:

1. Os trabalhadores, embora não tendo desempenhado o papel mais central na transição política para uma democracia social (com reformas), inegavelmente conseguiram conquistas sociais, políticas e econômicas nesse processo;
2. As demandas trabalhistas que surgem com o movimento grevista a partir de 1978, como reivindicações salariais, de democratização no interior da empresa, de contratos de trabalho negociados coletivamente, de participação nas discussões de políticas econômicas e sociais (políticas públicas) são, fundamentalmente, reivindicações por direitos de cidadania;
3. A CUT não tinha um projeto democrático claro, no momento de sua formação, mas sua existência é crucial para a consolidação democrática, à medida que aumenta a organização e participação dos trabalhadores no processo sociopolítico;
4. Para manter sua unidade, a CUT possui um projeto político que, em linhas gerais, é uma espécie de ponto médio das concepções das várias tendências que atuam em seu interior. E, possivelmente, por essa razão, não consegue ter um projeto sindical que seja representativo da maioria dessas correntes políticas;
5. A relação de ambigüidade que setores populares e, por extensão, do sindicalismo-CUT têm com a política está aparentemente associada à concepção de que democracia significaria eficácia econômica;
6. Os trabalhadores e suas lideranças não parecem inteiramente contrários ao corporativismo, pois embora enquanto sujeitos se insurjam contra o corporativismo estatal, para se afirmarem em sua identidade coletiva ante o

Estado e a sociedade caminham na direção do neocorporativismo. Vale dizer, produto de um Estado corporativo, para se expressarem com certa organização na sociedade os trabalhadores têm que ser neocorporativos. A experiência das câmaras setoriais, dentre outras, dá visibilidade a esse processo;

7. Enfim, a crise que a CUT atravessa hoje é, em larga medida, uma crise de crescimento e que ocorre, principalmente, em virtude das tensões ocasionadas pelo seu processo de institucionalização.

As crises, tensões e divisões por que passa a CUT hoje, como já assinalado, têm um dos seus aspectos ancorado na visão que os dirigentes sindicais têm da democracia e do papel que o *novo sindicalismo* deveria desempenhar na sociedade brasileira. Esta parte do artigo trata especificamente da visão dos dirigentes cutistas sobre estes temas. Foram realizadas dezoito entrevistas com as principais lideranças da Central, de um total de vinte e cinco membros que tinham assento, à época, na Executiva Nacional. Para a escolha dos entrevistados levou-se em conta a representatividade por categoria e no interior da CUT, assim como a compatibilização com a influência política que suas respectivas tendências exercem junto aos sindicatos cutistas.²

O objetivo de mostrar alguns desses depoimentos é o de ilustrar essa discussão e apontar possíveis caminhos que estariam sendo trilhados pelo sindicalismo-CUT, a partir da visão de suas lideranças, naquele momento, e que em alguma medida persistem até os dias de hoje.

Por isso, esta parte terá um caráter mais geral, tentando apreender o que seria a opinião dominante desses dirigentes diante das principais questões suscitadas pela atividade sindical em nosso país, principalmente no tocante aos temas relativos à democracia e ao projeto mais geral para o país.

As entrevistas mostram dúvidas, oscilações, flutuações no discurso. Isto talvez ocorra porque aquilo que não está escrito, e que aparece na fala das pessoas, normalmente não coincide com a versão das teses expostas pelas tendências e da própria CUT como um todo. Em parte, isso se deve ao fato de que as entrevistas são mais intimistas, isto é, feitas de forma mais descontraída e, nesse aspecto, os depoentes, aparentemente, se sentem mais à vontade para comunicar suas vontades, desejos, e o que eles consideram como limitações em suas práticas cotidianas.

Assim, os depoimentos podem ajudar a apontar, indicativamente, para a dinâmica futura do movimento sindical e mesmo da CUT, porque podem

ressaltar o lado mais verbal. Nas entrevistas surgem claramente as hesitações, dúvidas, insuficiências das concepções que, em público, normalmente, se expressam como certezas.

Desse ponto de vista, as entrevistas são um componente importante para entender melhor a prática sindical *cutista*, tanto pelo que elas têm de reveladoras quanto pelo que deixam de dizer. As lideranças sindicais apontam insistentemente para o esgotamento de um modelo de organização sindical e, no entanto, não chegam completamente a um outro referencial de atuação. Possivelmente estejam indicando os contornos de um desenho que ainda está em construção.

É interessante notar que a leitura do conjunto dos depoimentos deixa patente alguns aspectos que são fundamentais para o entendimento da concepção *cutista* sobre democracia e política. O que chama mais a atenção — aliás, uma das hipóteses básicas deste estudo —, é a ausência de uma clara política sindical por parte da CUT. A maior Central brasileira não tem uma política sindical definida para grande parte dos problemas que são inerentes à vida cotidiana dos trabalhadores de nosso país, e à sua práxis. Este fato traz dificuldades para a implementação de uma atividade mais coordenada, seja ante as direções sindicais *stricto sensu*, seja na relação com o conjunto dos trabalhadores.

Democracia e política

As questões que os entrevistados responderam foram formuladas da seguinte maneira: a) Qual o papel do sindicato na construção da democracia no Brasil? A democracia deve ser considerada um objetivo tático ou estratégico na política do sindicato?; b) Diante de um cenário hipotético onde se coloque a possibilidade de uma negociação tripartite (governo, empresários e trabalhadores), qual deverá ser a posição da CUT e dos sindicatos? Participa ou não? Em que tipo de negociação deve haver participação da Central e dos sindicatos? Em se negociando, quais deverão ser os limites e a amplitude dessa negociação?; c) A CUT deve formular um programa abrangente de intervenção propondo a redefinição da política econômica e social? Se sim, quais temas (políticas sociais, política industrial, política agrária, de renda, reforma do Estado, programa de privatização etc.) devem fazer parte desse programa? E como deveria ser apresentado para a socie-

dade; quais canais? E quais devem ser os parceiros e aliados privilegiados dos sindicatos e da Central nesse processo?

É sobre o conjunto dessas questões que nos debruçaremos a seguir.

A discussão acerca do papel desempenhado pelo sindicalismo na construção da democracia em nosso país, e se esta deve ser considerada um objetivo tático ou estratégico para a política sindical, traz algumas novidades.

Grande parte dos entrevistados defende a democracia como valor estratégico. Isto é algo que certamente surpreende, em se tratando da Central Única dos Trabalhadores e do peso de certas correntes políticas que têm o socialismo revolucionário como meta a ser atingida. Nesse sentido, mesmo quando existem adjetivações, o importante é a prioridade dada pelas lideranças sindicais à temática democrática.

Sem dúvida que o sindicalismo mais combativo e atuante do país não poderia estar imune aos acontecimentos que estão se desenvolvendo em nível internacional: o fim da URSS, do Leste europeu, e do chamado socialismo real. Esses fatos, que emblematicamente estão simbolizados na queda do muro de Berlim, em novembro de 1989 tiveram um impacto muito grande nas tendências de esquerda que atuam no movimento operário e sindical, levando a uma metamorfose — que ainda não se completou de todo —, inicialmente tímida, e posteriormente mais decidida na defesa do regime democrático.

Um sindicalista, representante da tendência sindical CUT pela Base, atualmente conhecida como Alternativa Sindical Socialista, introduz essa questão da seguinte maneira:

“a democracia é um valor estratégico e sem a democracia o movimento não pode atingir os seus objetivos, não tem como pensar uma sociedade igualitária, fraterna, harmoniosa entre os homens, entre os homens e a natureza, senão com a democracia”.

Outro sindicalista, também da CUT pela base, reconhece que o sindicato pode desempenhar um papel importante na “formação de uma consciência democrática no Brasil”, pois, de acordo com este entrevistado, o sindicato é um “educador coletivo de valores”. E acrescenta que

“é uma questão estratégica para a CUT, da maior relevância, e para mim a democracia é um valor estratégico e, por isso, ela devia ser concebida, praticada no interior do nosso sindicato e na CUT. Portanto, se a CUT não pratica, não

assimilou a democracia como valor estratégico porque não a exercita na sua plenitude, eu fico muito preocupado, preocupado e triste”.

Evidentemente, a crítica explícita à atuação da Central é expressão da luta interna e dos acontecimentos relacionados com o IV Concut. De todo modo, é de se notar que mesmo aqueles setores mais à esquerda, no processo de suas redefinições políticas, concebiam a democracia como um valor estratégico e não como algo instrumental. Mesmo que isso ocorra, para algumas tendências, aparentemente, apenas no campo do discurso, indica que há uma mudança perceptível no interior do sindicalismo-CUT. Este depoente finaliza observando que

“defender a democracia significa exercitá-la. (...) O grande tema que a sociedade internacionalmente acumulou, hoje, ao final do século XX, é o tema da democracia. O problema não é a democracia, qualificar se ela é burguesa, se é operária etc. É democracia, democracia a gente supõe igualdade de condições, direitos de minoria, é isso que é democracia”.

Nota-se uma certa radicalidade democrática, que é comum à concepção sindical e política da liderança cutista. Tal postura se configura, historicamente, como expressão da luta do movimento operário e sindical, particularmente no mundo ocidental, na demanda por direitos de cidadania.³

É nesse contexto que faz sentido falar do movimento sindical pós-78, especificamente daqueles amplos contingentes que atuam no *novo sindicalismo*, como expressão dessa radicalidade democrática que está presente desde o surgimento do movimento dos trabalhadores na Inglaterra no século XIX, particularmente com o *cartismo*.

Mesmo entre aqueles entrevistados que levantam alguns senões com relação à conceituação da democracia como valor estratégico, na verdade reafirmam esse significado. Vejamos o que nos diz um representante da Articulação:

“a gente deve colocar a democracia não como objetivo estratégico, quer dizer, não é isso que não queremos conseguir, mas é isso que nós precisamos sempre. Nós precisamos de maneira contínua, precisamos ir aperfeiçoando isso. E nós nunca iremos abrir mão da questão da democracia política em troca de uma outra coisa, porque essa troca não existe.”

Como parte de um amadurecimento mais geral da sociedade, no que

tange ao tema da democracia podemos observar uma paulatina aceitação das lideranças sindicais no que diz respeito à sociedade democrática, o que trará, certamente, mudanças no padrão de atuação sindical e político da Central Única dos Trabalhadores. É como se fosse um duplo movimento. De um lado, temos a sociedade brasileira, como parte do mundo ocidental, que vai na direção da democracia. De outro, observa-se um desencantamento generalizado de amplas parcelas da população com a política e os políticos.

Há, de todo modo, ainda uma certa confusão na conceituação da democracia. Um membro da corrente Articulação, por exemplo, ao mesmo tempo em que reconhece a questão da democracia como um objetivo estratégico, prossegue dizendo:

“é a democracia, na sua plenitude, que abrange a questão econômica, que abrange a questão da terra, que abrange a questão da saúde, da previdência, da moradia. Essa é a concepção de democracia. E do uso do meio de comunicação, televisão, rádio, e no processo organizativo.”

Ora, o que esse entrevistado está situando não é apenas a necessidade de uma sociedade onde viceje o ideário democrático, mas, em última instância, está propondo um programa de governo para resolver grande parte dos problemas que afligem a população do país.

As razões dessa forma de ver a democracia já foram mencionadas neste trabalho e acreditamos que tenhamos conseguido trazer algumas questões que norteariam esse tipo de motivação; ou, em outras palavras, o que está oculto nesse discurso: a relação entre democracia e eficácia econômica. O regime democrático pode até compatibilizar esse conjunto de demandas, mas não é esse o objetivo primordial pelo qual surge a democracia. A democracia é apenas um sistema político onde as pessoas lutam, conflitam, negociam, sem se matar.

Possivelmente, o que está na raiz desta discussão é a relação que as camadas populares, mas não apenas estas, fazem entre democracia e economia. Ou seja, para estes setores, regime democrático significaria resultados econômicos positivos.

Nesse sentido, a associação entre democracia e eficácia econômica, presente em amplos contingentes da população, possivelmente nos ajudaria a entender a atitude, por vezes ambígua, desses setores com a democracia. Desse ponto de vista, à medida que economia não vai bem a democracia

“não presta”. Assim, os políticos também “não servem”, pois só visariam seus próprios interesses.

E tais questões que estão presentes na sociedade repercutem, como não poderia deixar de ser, junto aos organismos de representação dos trabalhadores.

Essas são algumas das razões de uma certa desconfiança, de uma parte da direção da Central Única dos Trabalhadores, ainda com relação ao problema da democracia, neste caso associada, também, a um forte componente ideológico. No entanto, com a queda do muro de Berlim em novembro de 1989 — para lembrarmos um fato simbólico — e o fim do chamado “socialismo real” essa desconfiança diminuiu, mas, de toda forma, ainda persiste em ponderáveis contingentes da militância cutista.

Ora, como diz Przeworski,

“não se deve tratar a democracia como uma árvore de natal onde cada um procura seu brinquedo favorito. Temos que nos dar conta de que o sistema democrático não é um instrumento para resolver outras questões. É somente um sistema em que os grupos sociais lutam sem se matar.” (1987:94)

Além disso, a história da relação entre os trabalhadores e a política no Brasil está profundamente marcada, de um lado, pelo período populista, que ao conceder uma participação limitada agregou amplos contingentes urbanos e, de outro lado, pelo autoritarismo pós-64 que os excluiu de uma participação mais ativa na vida nacional. É possível ser este um dos aspectos que está na origem dessa relação, por vezes contraditória, como já assinalamos, de significativos setores das classes populares com a política. E aqui se chega a um paradoxo fundamental: o processo de institucionalização da classe trabalhadora como ator político é o que, de certo modo, dificulta a institucionalização da democracia em países como o Brasil que possuem um alto grau de desigualdade social.

Isso ocorre pelos aspectos anteriormente mencionados, bem como em decorrência da entrada na cena política de um ator que não quer ter apenas um papel secundário no processo de democratização e, posteriormente, de consolidação da democracia pois, para construir sua identidade coletiva, necessitou, em um primeiro momento, se apoiar na lógica do conflito.

O que permeia essa concepção é a idéia — mesmo que não esteja, por vezes, clara para quem a defende — de que há uma democracia que seria burguesa e outra proletária. Aliás, essa é a dicotomia que representa um dos

pilares da ortodoxia marxista. Essa aparente “confusão” na visão de alguns entrevistados ou a defesa intransigente no discurso de outros, em nosso entender, se explicita em decorrência de as transformações por que passa o sindicalismo cutista ainda serem recentes e, certamente, levará um tempo para que essa problemática surja com toda importância e nitidez que realmente possui.

Nesse sentido, o discurso sobre a democracia de um membro da Convergência Socialista retoma, por outras vias, essa questão:

“a democracia tem que ser um objetivo estratégico, até porque eu acho que não existe nenhuma condição de você se relacionar em sociedade, não existe nenhum tipo de sistema social que possa prevalecer e oferecer condições efetivamente de saídas positivas para a classe trabalhadora que não esteja apoiada na democracia”.

No entanto, há uma ressalva para o entrevistado:

“o grande problema nesse debate são os fetiches que se fazem de democracia e os amplos conceitos de democracia que estão em debate, porque quando se fala na democracia como [valor] universal, muitas vezes a democracia que determinadas correntes estão se referindo é a mesma democracia a que se refere a burguesia... Agora, eu entendo a democracia, e essa os sindicatos têm que levar a fundo, como uma democracia da esmagadora maioria sobre a minoria e a esmagadora maioria da população é a classe trabalhadora”.

Por fim, duas entrevistas de membros da corrente sindical Articulação retomam essa dicotomia com relação à democracia. A primeira, de um dirigente sindical do setor industrial, a segunda, de um sindicalista que é funcionário — com nível superior — de uma grande empresa estatal brasileira. Diz o primeiro:

“não acredito na democracia no sistema capitalista... Agora, acho que taticamente temos que buscar o avanço da democracia, mesmo num país capitalista para a gente buscar a democracia plena no socialismo”.

Salienta esse depoente que a democracia que se consiga no capitalismo é limitada, o que significa dizer que somente no socialismo encontraremos a “verdadeira” democracia.

A segunda entrevista, conquanto reconheça a importância estratégica da

democracia, relaciona-a com o “questionamento” da propriedade privada *tout court*:

“a democracia tem que ser um objetivo estratégico na política sindical, porque eu sou socialista, a democracia e o socialismo são coisas que não são incompatíveis. Aliás, a radicalização da democracia é necessariamente colocar em questão a propriedade privada, colocar em questão uma série de outras coisas que o capitalismo, a mercantilização da vida, uma série de coisas que está na essência do capitalismo”.

Se, por um lado, coloca essas questões, de outro, termina reconhecendo não existir “coisa mais estratégica para os sindicatos hoje, que não seja a democracia”.

De toda maneira, é interessante que venha justamente de setores da Articulação as críticas mais contundentes à democracia. Esses dados apenas reforçam o que temos constatado a respeito das tendências políticas no interior da CUT e, especialmente, no que tange a essa corrente sindical. Mesmo que transpareça, no seu discurso, uma concepção aparentemente mais “sindical” ou “tradeunionista”, enfim, contratualista, não é uma corrente sindical homogênea, o que permite a convivência de concepções, por vezes distintas, em uma mesma fração sindical, principalmente com relação aos temas políticos mais gerais. As outras correntes políticas cutistas também têm discrepâncias em seu interior — com níveis de gradações diferenciados umas das outras; no entanto, onde essa questão aparece exposta de forma mais abrangente é junto à Articulação, o que é, até certo ponto, natural. A constituição de uma maioria política tende a funcionar como um ímã, atraindo setores mais refratários que, mesmo não tendo uma concepção tão próxima, em alguns casos, em termos políticos, no entanto, têm o poder. É o realismo político, neste caso, que nos ajuda também a entender essas diferenciações existentes no interior da corrente sindical majoritária.

Com relação à negociação tripartite (trabalhadores, empresários e governo) e à formulação de um projeto abrangente por parte da CUT, caberia ressaltar o seguinte: delineiam-se duas posições. De um lado, as lideranças ligadas à corrente Articulação, com nítida postura de busca da negociação, de flexibilidade no tratamento da relação capital/trabalho, posição que poderíamos chamar de sindical ou contratualista. De outro, a contraposição de uma concepção mais principista, mais politicista, ou seja, socialista, da luta sindical do restante da esquerda — aquela que se orienta pela práxis do socialismo revolucionário —, especialmente a Convergência, a Cut pela

base e a Corrente Sindical Classista, além de algumas tendências de menor expressão política e sindical. Estes setores vêm na possibilidade da negociação tripartite o início da submissão dos trabalhadores aos patrões e governo, consubstanciado no pacto social abominado — sob todos os aspectos — pelas correntes de esquerda no sindicalismo-CUT.

Neste caso, aparentemente, a posição da Articulação está mais próxima da prática cotidiana dos trabalhadores e em consonância com a própria essência da atividade sindical, a negociação. Como expressa a entrevista de um ativista desta tendência:

“a palavra pacto virou um fetiche... A Central tem que negociar sempre, ela não deve se recusar à negociação. E, particularmente, quando a CUT se recusou à negociação, no final do governo Sarney, eu fui cobrado [pelos] trabalhadores.”

Outro entrevistado, da mesma corrente sindical, reafirma esse aspecto.

“A CUT deve participar. Ela representa os trabalhadores, ela deve ir lá levar as reivindicações saídas do [seu] congresso.”

E continua,

“os companheiros que acham que a CUT é um movimento, que a CUT é quase um partido político [e aqueles] que têm uma visão da CUT não como uma central sindical, mas como uma espécie de coordenação dos sindicatos, de um movimento, que é para fazer greve geral, essas coisas assim, esses companheiros não vêem importância da CUT exercer a representação real, a representação que vai fazer a CUT negociar e assinar um contrato coletivo. Nós somos favoráveis a que a CUT tenha essa capacidade de negociação, de representação, de contratação. Esses companheiros não vêem esse fator na CUT, por mais que nos seus sindicatos o façam. Por exemplo, os companheiros da Convergência, em São José dos Campos, assinaram uma espécie de pacto com a Embraer e a Prefeitura [para tentar conter as demissões que estavam ocorrendo]...”

Uma entrevistada, também da Articulação, observa:

“a CUT, enquanto núcleo central, mais importante, representa mais de 1.600 sindicatos, [hoje esse número é bem maior] que é, sem dúvida, uma das mais importantes instituições da sociedade civil, tem o direito de negociar tudo. Porque tudo diz respeito à classe trabalhadora enquanto [direitos de] cidadania. Política de saúde, habitação, transporte, implantação de novas tecnologias, política industrial, política agrícola, tudo isso faz parte do campo de interesse da classe

trabalhadora, enquanto classe, acima dos interesses corporativos de cada um. Portanto, eu não vejo limites..."

O depoimento de outra liderança sindical, também da Articulação, vai no mesmo diapasão na sua primeira parte, quando trata do tema da cidadania para, em seguida, fazer uma forte crítica à esquerda, refratária à questão da negociação.

"Tem que negociar, tem que participar de todas as instâncias de negociação e o limite é o limite da cidadania... Tem que discutir tudo. Ela só assina aquilo que está dentro do seu papel... Tem que dialogar com [todos], senão ela não se justifica perante a sociedade. Essa paranóia que a 'esquerdinha' tem muito medo de negociar, porque ela associa negociação com capitulação. Isso é outra coisa moral."

Em entrevista publicada na Revista *Veja* (21/10/92), Vicentinho afirmava, a propósito da questão da negociação tripartite e do pacto social:

"Tenho medo de falar em pacto porque quando eu morava no Nordeste diziam que Lampião tinha feito pacto com o diabo. Mas acho que sem um acordo entre os empresários e os trabalhadores, em que a participação do governo seja mínima, o Brasil não conseguirá ir para a frente."

Já no campo das tendências políticas mais à esquerda, a possibilidade dessa negociação é completamente afastada. Uma das primeiras críticas é que não é tripartite, pois "não existem três partes"; na opinião de um líder da Convergência Socialista, "são duas porque o governo nada mais é do que o gerente de plantão dos interesses, dos negócios do empresariado.." Essa opinião coincide com a visão de outro representante dos setores de esquerda, mais especificamente, da CUT pela Base: "essas três partes que estão aí incluídas, são falsas, porque o governo e os patrões são uma parte só."

De fato, o tema da negociação, questão central para a existência do sindicalismo, é colocado à margem do debate no interior da CUT por todos aqueles setores que "vislumbram" uma sociedade socialista e comungam do ideário do socialismo revolucionário como meio para atingir esse objetivo. Termina, pois, se transformando em uma "questão de princípios", é o *mainstream* da esquerda que se autoconsidera revolucionária. Para usarmos uma expressão de Weber, guardadas as proporções, é como se os setores mais à esquerda estivessem animados pela ética de convicção, e o campo

majoritário, representado hoje pela corrente sindical Articulação, possuísse uma postura consubstanciada na ética de responsabilidade.

Esse é um dos aspectos da nítida divisão de águas entre aqueles que querem negociar e os setores avessos a essa prática. Na verdade, em muitos casos, é bem mais um discurso principista do que uma prática principista. No entanto, para as tendências mais à esquerda essa questão possui uma componente ideológica forte, o que termina por inviabilizar, por vezes, a atividade sindical. Nas palavras de um representante da CUT pela Base: “para nós é uma questão de princípios. Acho que a CUT não deve participar de uma negociação tripartite”. Outro entrevistado, também membro da CUT pela Base, se apoiou na experiência histórica dos planos de ajustes econômicos no México e na Argentina para se posicionar contrariamente a esse tipo de negociação:

“Todas as experiências mostram que só quem perdeu foi a classe trabalhadora. Então, o campo de negociação que eu situo e que eu acho que é legítimo, necessário e que deve ser conquistado... se afasta desse aspecto de negociação mais estratégica e se situa no campo de negociação pontual.”

A possibilidade de negociação entre Estado, empresários e trabalhadores funciona como um espectro importante de definição de campos no interior da Central, repetindo aqui, de certo modo, a disputa ocorrida em setembro de 1990 quando o então governo Collor convidou a CUT para discutir, o que foi convencionado, à época, de “entendimento nacional”. O que se observa mais uma vez — como de resto tem sido comum na história da CUT —, é a aguda luta política entre aquela parte da direção sindical mais afeita à negociação e a outra, herdeira de uma tradição que, até há pouco, era dominante no sindicalismo-CUT: a estratégia sindical de confrontação que tem demonstrado, no último período, uma eficácia cada vez menor. Assim, o fato da corrente majoritária, nesse momento, estar apoiando a participação da CUT nas negociações com o governo sobre a questão da previdência eleva, em muito, a temperatura da luta interna.

Essa dicotomia anterior se mantém, de forma mais atenuada, no que diz respeito à CUT propor um projeto abrangente para a sociedade. Todos concordam que a Central apresente uma proposta para a sociedade à medida que possui uma representatividade real e é expressão de um amplo contingente da sociedade civil. Para aqueles que temos denominado de representantes da esquerda contratualista é importante que tal projeto seja parte

de um arranjo político mais geral com amplos setores da sociedade civil, partidos políticos, parlamento etc. Ou seja, consignar-se-ia uma espécie de foro, onde a CUT também participaria. Para a esquerda socialista, com algumas nuances, a concepção que transparece é a da formulação de um projeto alternativo vinculado à própria Central. Neste caso, o sindicalismo-CUT estaria mais próximo de cumprir os objetivos que são, normalmente, temas específicos dos partidos políticos. Como temos tentado demonstrar, essa não é uma pequena divergência. É a questão central que tem solapado a unidade no interior da Central Única dos Trabalhadores. É o tema recorrente de todos os principais momentos em que a luta interna se amplia, trazendo para muitas lideranças um receio real de “rachaduras” permanentes no edifício do “novo sindicalismo”. Esse é, pois, um foco central de tensão entre a militância cutista.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues,

“para poder manter a unidade e a coesão interna, a CUT é levada a apresentar programas de luta abrangentes, de natureza política muito ampla, que, em princípio, devem interessar a todos os trabalhadores e assalariados do país, a todo o ‘povo’. No final, acabam sendo declarações de intenções, cartas de princípios ou algo equivalente, mas não exatamente planos de luta reivindicatória que devem acarretar uma ação correspondente da entidade”. (1990:82)

O que é necessário salientar é justamente a falta de uma política sindical mais explícita, em contraposição com um projeto “político”, como mostram as entrevistas que, de certa maneira, têm uma abrangência maior e tendem a alinhar a unidade interna da Central Única dos Trabalhadores. Isto é, o papel desempenhado pelo projeto alternativo do sindicalismo-CUT, em última análise, funciona como cortina de fumaça que encobriria a falta de um projeto sindical mais delineado.

De todo modo, mesmo entre os setores da esquerda mais radical há alguns depoimentos que apontam para a idéia de que a CUT não pode, sozinha, propor um projeto para a sociedade. Diferentemente do tema anterior onde a discordância é completamente explícita, aqui, por vezes, as divergências aparecem mascaradas, pois não se trata de um caso concreto, mas de uma questão hipotética. Vale dizer, é apenas uma possibilidade que, de todo modo, não está, para a maioria da liderança da Central Única dos Trabalhadores, à vista.

Para um dirigente da Articulação, é

“muito difícil a CUT apresentar um projeto de sociedade. Não é papel da CUT. É papel ou do partido político, ou da própria sociedade. A CUT pode integrar um fórum que busque um projeto de sociedade... Mas a CUT não pode ser responsável por um projeto de sociedade sozinha. Ela pode participar de um fórum”.

O depoimento a seguir, também de uma integrante da mesma corrente sindical, analisa que várias demandas debatidas pela Central não conseguem dar conta da realidade que se vive hoje. E cita, como exemplo, o não à privatização ou a defesa, pura e simples, da estabilidade do servidor público. Segundo essa opinião, é necessário

“avançar nas nossas formulações políticas para poder de fato intervir nessa definição. Como o nosso projeto deve ser apresentado e colocado para a sociedade? Eu também acho que a CUT é uma das entidades da sociedade civil. E a construção de um projeto alternativo ao que está dado, não pode ser uma coisa exclusiva da CUT”.

E complementa: “a negociação hoje, o entendimento, só será viável se partir da sociedade e não do Estado”, Essas duas entrevistas representam uma certa postura democrática de parte da liderança da Central e que, lenta mas firmemente, começa a dar o tom do discurso deste sindicalismo que surge com a vaga grevista pós-78. É a concepção, como já tivemos oportunidade de apontar anteriormente, radical democrática que procura levar às últimas conseqüências o papel desempenhado pela sociedade civil em prol da democracia.

Outro entrevistado faz uma crítica à ação da CUT nesse aspecto, e aponta o que considera uma confusão entre movimento sindical e partidos políticos.

“E com todo esse projeto abrangente a CUT deveria tentar trabalhar com os partidos políticos, sem escolher nenhum. Deve estar sempre colocando, pressionando os partidos políticos para que eles defendam aquele programa que o movimento sindical discutiria... A CUT ainda está deixando a desejar, talvez por falta de entendimento de alguns e a confusão que colocam [ao] misturar o movimento sindical aos partidos políticos”.

Um depoente, ao se fixar no tema proposto, lembra um outro aspecto: “A CUT tem que entrar no debate do papel do Estado no Brasil. E ter uma

política para o Estado.” E propõe a discussão das políticas sociais, “com os partidos, com as outras centrais sindicais, com a sociedade como um todo”. As palavras que se seguem — de um integrante da Articulação — situam as dificuldades que tem a CUT para desenvolver um projeto e, ao mesmo tempo, as possibilidades que possui à medida que é representativa de um amplo contingente de trabalhadores no país.

“Por que não desenvolve um projeto? Ela tem obrigação de desenvolver, se não desenvolver perde o trem da história. E vai ser um poder paralelo? Pegue a [Central Sindical] alemã e veja se não é um poder paralelo. Veja as três centrais na Espanha e vê como são poderes paralelos... A CUT vai ser um império. Já é um império, mas vai ser muito mais. E ela é muito maior do que partido, porque dialoga com a sociedade toda, enquanto o partido nunca dialoga com [toda] a sociedade.”

A entrevista de outra liderança, da tendência CUT pela Base, pondera que

“a CUT trabalha com pauta, uma plataforma de reivindicações em que ampliam, além do aspecto trabalhista imediato, uma pauta de direitos sociais que são absolutamente legítimos e necessários para os trabalhadores, então nós temos que excluir essa idéia da CUT ter um programa de governo”;

uma postura que destoa do depoente, que crê na necessidade de um programa alternativo e onde a parceria deve ser realizada “com a maioria explorada” e excluindo os empresários. Diz um entrevistado da Convergência Socialista:

“a CUT deve elaborar um programa alternativo para a classe trabalhadora, para a sociedade brasileira, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. Esse programa abarca todos os pontos abordados na pergunta, só que do nosso ponto de vista, os nossos parceiros têm que ser a maioria explorada da sociedade, eu não consigo ver como parceiro junto ao programa alternativo da CUT os setores do empresariado nacional”.

Essa concepção é parte de uma visão do papel que deve ser desempenhado pelo sindicalismo na sociedade e que, ao fim e ao cabo, pressupõe a hegemonia do padrão de ação sindical socialista revolucionário na disputa política.

Em resumo, o que tentamos apontar, a partir da opinião dos dirigentes sindicais que formam a direção executiva da Central Única dos Trabalhado-

res, são as dificuldades de implementação de uma política sindical capaz de dar conta das principais demandas surgidas durante todo o período de história do sindicalismo-CUT. Tais reivindicações começam a se expressar já no início dos anos 70 com a experiência da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, na capital paulista, e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na Grande São Paulo. Essas são as duas vertentes principais que desaguarão, na segunda metade dos anos 70, no que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*. Essas dificuldades, em certo sentido, tenderão a aumentar devido à importância cada vez maior que, certamente, a configuração desse padrão de ação sindical desempenhará na cena política nacional. Esse é o verdadeiro desafio que terá de ser enfrentado pela Central Única dos Trabalhadores.

Considerações finais

Este artigo tentou apreender as várias facetas do sindicalismo da Central Única dos Trabalhadores e discutir os dilemas que vive hoje o *novo sindicalismo* a partir das mudanças que ocorreram na conjuntura nacional e internacional, o que coloca novos desafios para a atuação trabalhista. Além disso, a partir dos depoimentos dos dirigentes sindicais procuramos trazer para a discussão elementos que possam ser úteis para o entendimento desses dilemas vivenciados pela CUT nos dias atuais. Como assinalamos no início, o objetivo do presente estudo era, de certa forma, mostrar o caráter por vezes ambíguo da visão sindical ancorada na prática do *novo sindicalismo*.

A CUT está atravessando, no momento, uma das fases mais difíceis de sua existência desde sua fundação em 1983. Os acontecimentos de janeiro e fevereiro de 1996 relacionados com a questão da previdência, as divisões internas, a posição de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, a atuação das várias tendências diante dessa negociação com o governo dá a medida dos problemas que a Central ainda enfrentará para conseguir chegar a uma posição mais clara e de consenso diante dos problemas nacionais.

Nesse aspecto, o sindicalismo terá que enfrentar desafios extremamente difíceis neste final de século para manter sua posição na sociedade brasileira. Uma questão crucial são as transformações econômicas que estão ocorrendo em nível internacional e que começam a chegar em nosso país. Vale dizer, o movimento sindical terá que adotar uma postura mais afirmativa, nego-

ciando à exaustão cada ponto que considere problemático aos interesses dos trabalhadores e, eventualmente, propondo alternativas. De toda forma, esse é um dos grandes desafios que os sindicatos terão que enfrentar para continuarem mantendo a adesão de seus representados neste final de século e é também expressão dos dilemas vividos pelo sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. (Rodrigues, 1995)

O outro tema não menos significativo se relaciona com a luta interna no interior da Central Única dos Trabalhadores e a posição das várias tendências políticas que atuam no sindicalismo-CUT. Diante das pressões políticas, tanto internas quanto externas, o chamado novo sindicalismo terá que encontrar uma saída de consenso para sua práxis sindical, assim como para o seu projeto político. Aparentemente, esse consenso já começa a ser obtido. O que poderá significar, a médio prazo, o afastamento gradativo de algumas das correntes políticas mais à esquerda do seio da Central. Hoje, a tendência Articulação, em que pese sua diferenciação interna, já representa cerca de 70% da CUT. No momento em que os cerca de 3.200 sindicatos filiados à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) começam a se incorporar, de fato, à Central,⁴ (Contag, 1995) essa maioria tenderá a ser mais significativa.

Essas mudanças, sem dúvida, poderão levar a um padrão sindical mais pragmático, mais moderado, com mais negociação ainda que não exclua o conflito. É o que temos chamado de um padrão de ação sindical baseado na cooperação conflitiva, que se expressa de forma extremamente clara na atuação do presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentino, bem como na atividade cotidiana do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e que está alicerçado numa organização pela base dos trabalhadores nesta região, em especial nas empresas automobilísticas, e que conta com amplo apoio das comissões de fábrica dos trabalhadores das quatro principais montadoras aí instaladas: Volkswagen, Scania, Ford e Mercedes Benz.

Mais de 90% dos membros dessas quatro comissões de fábrica responderam, por exemplo, em recente questionário,⁵ que consideram a participação dos sindicatos e da CUT em atividades políticas uma extensão necessária das atividades sindicais, e mais de 95% disseram que o papel do sindicalismo é lutar por direitos econômicos, políticos e sociais para os trabalhadores, dentro e fora das empresas, em resposta à questão de qual deveria ser o papel que o sindicalismo deveria desempenhar. É esse, pois, o sindicalismo que começa a ter a hegemonia real no interior da Central Única dos Trabalhadores.

res, e que, certamente, conseguirá tirá-la da camisa de força do sectarismo político e da estreiteza ideológica que nos dias atuais tendem a dificultar e, em alguns momentos, paralisar a ação sindical da entidade mais representativa dos trabalhadores em nosso país.

Notas

1. A pancadaria no último Congresso da CUT começou quando o ex-presidente do Sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, Ciro Garcia, invadiu o palco onde estava a mesma diretora dos debates e tentou arrancar à força o microfone de um dos mediadores. Logo, outros sindicalistas invadiram o palco e houve troca de chutes, tapas, puxão de cabelo e muito choro (*O Globo*: 9/9/91). Já o *Jornal do Brasil*, de 9/9/91, observa que “terminou em pancadaria, com pelo menos quatro delegados socorridos em hospitais, o IV Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo (...) O estopim da briga foi a recusa da mesa diretora do IV Congresso Nacional da CUT em autorizar Garcia a se defender, em plenário, da acusação de sumir com dinheiro do Sindicato.”
2. Estas entrevistas foram realizadas no âmbito da pesquisa sobre o IV Concut, em 1991, levantamento este organizado pela Central Única dos Trabalhadores e que contou também com minha participação e de outros pesquisadores.
3. Segundo Claude Lefort, “é uma aberração fazer da democracia uma criação da burguesia. Seus representantes mais ativos, na França, tentaram de mil maneiras atravancar sua dinâmica no curso do século XIX. Viram no sufrágio universal, no que era, para eles, a loucura do número, um perigo não menor do que o socialismo. Durante muito tempo julgaram escandalosa a extensão do direito de associação e escandaloso o direito de greve. Procuraram circunscrever o direito à educação e, de modo geral, fechar, longe do povo o círculo das luzes, das superioridades e das riquezas”. Acrescenta o autor, “a democracia que conhecemos instituiu-se por vias selvagens, sob o efeito de reivindicações indomesticáveis (...) Ela foi uma luta para conquista de direitos — exatamente aqueles que se mostram hoje constitutivos da democracia.” Lefort, Claude (1983) *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense, p. 26.
4. A Contag — Confederação dos Trabalhadores na Agricultura se filiou à CUT no seu último congresso, realizado em maio de 1995.
5. Este questionário é parte de uma pesquisa mais ampla, que estamos desenvolvendo, intitulada “Reestruturação Produtiva e Novo Padrão de Ação Sindical no Brasil”, que conta com o apoio do CNPq.

Abstract

This article discourses the dilemmas lived by the Unified Workers Central (CUT), as a result of the general change in trade unionism and mainly of the different views of trade union activity existing within the CUT. Keywords: Brazil's unionismo; democracy; worker's politics.

Résumé

L'article propose une réflexion sur les dilemmes vécus par la Centrale Unique des Travailleurs (CUT) à partir des changements qui se sont produits dans le syndicalisme et surtout des différentes visions de l'activité syndicale qui existent à l'intérieur de la CUT. Mots-clé: syndicalisme au Brésil, démocratie, politique du travail.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, José Augusto Guilhon de e Durham, Eunice Ribeiro (1987). *A Transição Política: necessidade e limites da negociação*. São Paulo: USP, mimeo.
- Lefort, Claude (1993) *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense.
- Rodrigues, Iram Jácome (1995) "O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva", in *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, n. 3. São Paulo: Seade, julho/setembro.
- Rodrigues, Iram Jácome (1993) *Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: a trajetória da CUT*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1990) *CUT: Os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.